



AFRICA CENTER
FOR STRATEGIC STUDIES

Gestão de Recursos de Segurança em África

Lusaca, Zâmbia

1 a 5 de maio de 2023



**AFRICA CENTER
FOR STRATEGIC STUDIES**

Gestão de Recursos de Segurança em África

1 a 5 de maio de 2023

PROGRAMA

Índice

Sobre o Centro de Estudos Estrategicos de Africa	3
Introdução	4
Sessão 1: A Evolução do Cenário de Segurança em África: Segurança, Desenvolvimento, Nexo de Governança.....	6
Sessão 2: Tendências na Disponibilidade dos Recursos e na Despesa no Sector da Segurança	8
Sessão 3: Alinhamento dos Recursos do Sector da Segurança com as Estratégias de Segurança Nacional.....	10
Sessão 4: Planeamento Estratégico, Orçamentação e Mobilização de Recursos	13
Sessão 5: Gestão da Despesa Pública no Sector da Segurança.....	15
Sessão 6: Mecanismos e Instituições de Supervisão do Sector da Segurança.....	17
Sessão 7: Construção de Parcerias Externas	19

Centro de Estudos Estratégicos de África

Desde a sua criação em 1999, o Centro de Estudos Estratégicos de África tem servido como um fórum de investigação, programas académicos e intercâmbio de ideias com o objetivo de aumentar a segurança dos cidadãos através do reforço da eficácia e responsabilização das instituições africanas, no apoio à política dos EUA para África.

VISÃO

Segurança para todos os africanos patrocinada por instituições eficazes e responsabilizadas perante os seus cidadãos.

A força motriz do Centro de Estudos Estratégicos de África é realizar a visão de uma África livre de violência armada e organizada, assegurada por instituições africanas comprometidas com a proteção dos cidadãos africanos. Este objetivo enfatiza o compromisso do Centro de Estudos Estratégicos de África em contribuir para impactos tangíveis ao trabalhar com os nossos parceiros africanos – militares, civis, governamentais e da sociedade civil, bem como nacionais e regionais. Todos desempenham papéis importantes na atenuação dos complexos fatores causadores dos atuais conflitos no continente. A responsabilização perante os cidadãos é um elemento importante da nossa visão, uma vez que salienta o facto de que, para serem eficazes, é preciso que as instituições de segurança, além de serem “fortes”, protejam e estejam atentas aos direitos dos cidadãos.

MISSÃO

Promover a segurança africana através da expansão da compreensão, disponibilização de uma plataforma confiável para o diálogo, construção de parcerias duradouras e catalisação de soluções estratégicas.

A missão do Centro de Estudos Estratégicos de África gira em torno da geração e disseminação do conhecimento através dos nossos programas académicos, pesquisa, comunicações estratégicas e polos comunitários. Com base nas experiências práticas e nas lições aprendidas com os esforços de segurança no continente, procuramos gerar perceções e análises relevantes que possam informar profissionais e legisladores com respeito aos mais prementes desafios de segurança que enfrentam. Reconhecendo que a abordagem de desafios sérios só pode ocorrer através de intercâmbios francos e ponderados, o Centro de Estudos Estratégicos de África disponibiliza plataformas presenciais e virtuais, onde os parceiros podem partilhar opiniões sobre prioridades e boas práticas. Estes intercâmbios fomentam relacionamentos que, por sua vez, são administrados ao longo do tempo pelo Centro de Estudos Estratégicos de África através de associações de antigos alunos, comunidades de interesse, programas de acompanhamento e diálogos continuados entre participantes e funcionários. Esse diálogo – imbuído de experiências do mundo real e análises recentes – não só oferece oportunidades de aprendizagem contínua, mas também catalisa ações concretas.

MANDATO

Centro de Estudos Estratégicos de África é uma instituição do Departamento de Defesa dos EUA, criada e financiada pelo Congresso Americano, para o estudo de questões de segurança relacionadas com África e servir como fórum para pesquisas bilaterais e multilaterais, comunicação, intercâmbio de ideias e formação envolvendo participantes militares e civis. *(10 U.S.C 342)*

Introdução

Contexto

Os países africanos enfrentam desafios na geração, alocação e gestão de recursos do sector da segurança por razões que incluem: instituições fracas, limitações de capacidade, supervisão inadequada e pouca transparência e estratégias incoerentes de segurança nacional. Embora alguns países estejam a tomar medidas para abordar estas questões, persistem desafios significativos. A ineficácia, desperdício, corrupção, fragilidade e (em alguns casos) violações dos direitos humanos daí resultantes têm um impacto na prontidão da força e na consecução dos objectivos de segurança nacional/regional. Assim, a gestão criteriosa dos recursos disponíveis no sector da segurança em África é simultaneamente urgente e crítica.

Este workshop introduz os participantes às implicações a nível estratégico da gestão de recursos no sector da segurança em África e combina apresentações interativas em plenário, discussões de grupo e exercícios de construção de cenários. O programa de cinco dias, pessoalmente, visa: (a) aumentar a capacidade e o profissionalismo entre os participantes responsáveis pela concepção, implementação e supervisão dos orçamentos do sector de segurança em África, (b) explorar as questões fronteiriças na gestão dos recursos de segurança em toda a África, e (c) introduzir e demonstrar instrumentos e abordagens de gestão das finanças públicas para alinhar os processos orçamentais com a implementação de estratégias de segurança nacional; simultaneamente identificar as principais políticas, institucional e capacidade de realização. Esperamos que os participantes compreendam e, eventualmente, adotem boas práticas para a gestão dos recursos de segurança em toda a África, com supervisão eficaz. Poderão também identificar as principais lacunas políticas, institucionais e de capacidade, estimular o pensamento inovador neste campo e promover o debate político informado relacionado com a afetação e utilização de recursos do sector da segurança.

Ao organizar este workshop a nível estratégico, os participantes serão desafiados a ir além da identificação dos problemas e terão de trabalhar em grupo para desenvolver soluções eficazes e centradas em África para melhorar a capacidade de gestão de recursos a nível nacional e regional. Ao fazê-lo, os participantes serão encorajados a concentrarem-se nas "formas" (ou seja, como melhor definir soluções de sucesso), nos "meios" (ou seja, como melhor utilizar judiciosamente os recursos internos e externos disponíveis) e nos "fins" (ou seja, como melhor definir o estado final desejado) que são necessários para enfrentar os multifacetados desafios de segurança de África. O ênfase seria na partilha de boas práticas, lições aprendendo com casos de estudo e formulando soluções práticas que poderiam ser adaptadas, adotadas e sustentadas.

Estrutura do Workshop

Este workshop está dividido em sete sessões plenárias, grupos de discussão e uma simulação. Os membros do painel com conhecimentos e experiência relevantes irão liderar as sessões plenárias. As suas breves apresentações serão seguidas de sessões moderadas de perguntas e respostas durante as quais os participantes serão encorajados a partilhar experiências, questionar pressupostos e pensar em abordagens criativas. As discussões em pequenos grupos centrar-se-ão na resolução de problemas. Os participantes serão encorajados a partilhar perspectivas e a aprender uns com os outros. Uma equipa de moderadores experientes irá trabalhar com os participantes para este fim.

Os programas do Centro de Estudos Estratégicos de África são conduzidos sob uma política rigorosa

de não imputação. Isto permite aos participantes contribuir e trocar pontos de vista sem reservas, criando assim um ambiente de aprendizagem eficaz e produtivo. Haverá interpretação simultânea para permitir a realização do seminário em inglês, francês e português.

Material acadêmico

O seminário só terá sucesso com uma análise honesta e um diálogo produtivo. O Centro de Estudos Estratégicos de África utiliza ferramentas acadêmicas para promover um diálogo franco e aberto sobre questões críticas e para lançar as bases para o desenvolvimento de redes de pares eficazes. Para facilitar a vossa discussão, fornecemos este programa acadêmico e as leituras recomendadas. Encorajamo-lo a considerar de forma crítica as análises e o conteúdo de todos os materiais fornecidos. A este respeito, as leituras destinam-se a promover um diálogo saudável sobre os desafios de segurança em discussão, o que, por sua vez, lhe permitirá forjar estratégias realistas e eficazes para enfrentar a insegurança em África. Como acontece com todos os programas acadêmicos do Centro de Estudos Estratégicos de África, este workshop será conduzido sob uma política rigorosa de omissão da fonte, vinculativa durante e após o workshop. Esperamos que isto lhe permita abordar livremente as questões sensíveis em discussão.

As opiniões expressas nas leituras, estudos de casos e apresentações não representam a política ou posição oficial da Universidade de Defesa Nacional, do Departamento de Defesa, ou do Governo dos Estados Unidos da América. Toda a documentação do workshop será publicada na página da Internet do Centro de Estudos Estratégicos de África. Por favor contacte-nos se tiver alguma dificuldade em aceder à nossa página na Internet. Idealmente, gostaríamos de iniciar uma discussão sobre as questões e objetivos-chave antes do início do workshop. Os nossos moderadores estarão disponíveis para responder às suas perguntas, discutir as suas perspectivas sobre o tema e os materiais acadêmicos, partilhar experiências e examinar casos de estudo relevantes.

Preparação Académica

A consulta e a parceria são marcas distintivas do processo de desenvolvimento do programa do Centro de Estudos Estratégicos de África. Foram realizadas reuniões consultivas formais e informais com um vasto leque de peritos regionais e não regionais, representantes de governos africanos, e partes interessadas em entidades governamentais norte-americanas relevantes para determinar o âmbito e o foco deste workshop. Vários académicos e especialistas foram particularmente úteis na revisão do conteúdo e relevância do material académico para este workshop.

O Programa

Este programa fornece uma visão geral dos objetivos académicos e das principais questões políticas relacionadas com a gestão dos recursos de segurança em África. Para cada sessão, fornecemos uma breve introdução e uma lista de perguntas para discussão. Também incluimos artigos selecionados, cujo objetivo principal é ajudar a enquadrar as questões no contexto dos documentos disponíveis sobre bolsas de estudo e políticas. É provável que o programa abranja mais questões e materiais do que os que podem ser suficientemente discutidos no tempo disponível. Esperamos que utilize estes materiais como recursos, mesmo depois da conclusão do programa.

Encorajamo-lo a trazer à nossa atenção perguntas e sugestões sobre os materiais e o curso. A qualidade dos nossos programas e cursos beneficiou muito com a vontade entusiástica dos participantes anteriores de oferecer críticas e sugestões construtivas. Estamos muito dispostos a discutir consigo tópicos específicos. Encorajamo-lo a invocá-los, assim como a ler o material atribuído e a participar ativamente nos seus grupos de discussão.

Sessão 1: A Evolução do Cenário de Segurança em África: Segurança, Desenvolvimento, Nexos de Governança

Formato: Apresentações em plenário e sessão de perguntas e respostas moderada

Objetivos:

- Descrever as ligações entre desenvolvimento, segurança e governança e as áreas de sobreposição e convergência.
- Compreender o papel dos recursos no nexo segurança-desenvolvimento-governança.
- Discutir lições da programação do desenvolvimento que se poderiam aplicar à gestão dos recursos do sector da segurança.

Contexto:

África enfrenta uma gama aparentemente cada vez maior de desafios multifacetados, complexos e transfronteiriços de segurança, desenvolvimento e governança. Embora algumas partes deste vasto continente sejam muito mais pacíficas, democráticas e economicamente vibrantes, outras áreas ainda lutam com uma mistura volátil de perigos, desde os terroristas transnacionais e os traficantes ilícitos às crises de governança e golpes militares, aos perigos de pandemias sanitárias, e à luta pelos recursos naturais cuja crescente escassez ou abundância mal gerida alimentaram a corrupção e os conflitos.

O conceito e as práticas de segurança, desenvolvimento e governança passaram por uma redefinição global desde o fim da Guerra Fria. Embora tenha havido uma considerável mudança de paradigma, passando de considerar a segurança, o desenvolvimento e a governança como mutuamente exclusivos, a utilidade do novo paradigma continua a ser elusiva na maioria das partes do continente. O consenso sobre este nexo reconhece que o reforço das instituições do Estado e o aumento da sua capacidade de proporcionar segurança e desenvolvimento com base em princípios de boa governança são precursores essenciais para o avanço da visão da União Africana e das sete aspirações enumeradas na Agenda 2063 e na Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para 2030.

Embora cada país em África apresente as suas próprias idiossincrasias específicas, muitos dos desafios que enfrentam estão associados à má governança. A corrupção, em particular, está a devastar as economias de todo o continente. Tem dificultado o crescimento económico e o investimento e conduzido a uma má afetação de recursos públicos, em violação das leis e das regras e regulamentos orçamentais. Ao desviar recursos dos serviços básicos e dos investimentos públicos, aumentando assim a pobreza e a desigualdade, a corrupção tornou-se um grande obstáculo ao desenvolvimento e à segurança. Como disse uma vez o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan: "a boa governança é talvez o fator mais importante para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento".

Os líderes africanos estão cada vez mais conscientes da interdependência das suas políticas, sociedades e economias - e, portanto, desafios, oportunidades e ameaças - que exigem ações concertadas, coordenadas e colaborativas. O tipo de estrutura de governança pela qual os líderes africanos devem lutar é a que promove a coexistência pacífica e o desenvolvimento económico. As políticas devem abordar os efeitos das alterações climáticas, e pandemias através de uma cooperação regional reforçada, bem como assegurar a participação plena e efetiva nos sistemas económicos e políticos de grupos que historicamente foram marginalizados (por exemplo, mulheres, jovens, e minorias étnicas e

religiosas). Cada país deve refletir sobre os seus próprios desafios de segurança, desenvolvimento e governação e empenhar-se num diálogo nacional robusto sobre reformas institucionais para permitir um sistema de governação eficaz e inclusivo.

Questões para Discussão:

1. Com base no seu próprio entendimento, quão diferente é a segurança do desenvolvimento e como estão ligados? Porque pensa que é importante ver a segurança e o desenvolvimento como sectores interligados? Por favor, dê exemplos, se disponíveis.
2. Dados os desafios de segurança e desenvolvimento que o seu país enfrenta, acha que o governo está a afetar mais recursos ao sector de segurança ou ao sector de desenvolvimento e porquê? Qual tem sido o resultado? Por favor, dê exemplos, se disponíveis.
3. Que papel pode a governação desempenhar para equilibrar a ligação entre segurança e prioridades de desenvolvimento e como?

Leituras:

1. Aeby, M. 2018, "Desafios de Paz e Segurança na África Austral: Governance Deficits and Lacklustre Regional Conflict Management", Policy Note No. 4:2018, Nordiska. <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1206571/FULLTEXT01.pdf>
2. Atelhe, G. e Okoli, A. 2019, "Interrogating the security-development nexus": What implications for strategic Governance?" Revista de Ciências Sociais e Humanidades. Volume 4 (1): pp: 64-71. [Descarregar](#)
3. Hutchful, Eboé. "Understanding Africa's Development-Security Nexus". Centro África de Estudos Estratégicos. Publicado em 19 de maio de 2017 YouTube https://www.youtube.com/watch?v=Tn03gdd_q1w
4. A União Africana. 2015, "Agenda 2063 The Africa we want in 2063." <https://au.int/en/agenda2063/overview>
5. Banco Mundial. 2018, "Pathways for Peace: Inclusive Approaches to Preventing Violent Conflict." Washington: Banco Mundial. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/.../211162mm.pdf>
6. Lamb, Guy. 2023, "Revisiting Human Security in Africa in the post-COVID-19 Era", Afrobarometer Policy Paper no. 86, pp. 3-5. <https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2023/02/PP86-Revisiting-human-security-in-Africa-in-the-post-COVID-era-Afrobarometer-policy-paper-20feb23-1.pdf>

Sessão 2: Tendências na Disponibilidade dos Recursos e na Despesa do Sector da Segurança

Formato: Apresentações em plenário e sessão de perguntas e respostas moderada

Objetivos:

- Analisar as tendências das despesas em segurança em África.
- Avaliar os impulsionadores dos padrões de despesa no sector da segurança em África.
- Examinar estratégias para uma gestão eficaz dos recursos do sector da segurança, tanto para a segurança como para o desenvolvimento económico.

Contexto:

De acordo com o Instituto de Estudos para a Paz de Estocolmo (SIPRI), as despesas militares mundiais totais aumentaram ligeiramente em 2021. Em África, as despesas militares aumentaram 1,2% em 2021 para um valor estimado de 39,7 mil milhões de dólares. De 2012-2021, as despesas militares africanas seguiram três tendências distintas. Primeiro subiu continuamente entre 2012 e 2014, seguido de quatro anos de declínio até 2018 e depois três anos consecutivos de crescimento até 2021, para dar um aumento global de 2,5%. As despesas de defesa representaram uma média de 8,2% da despesa pública em toda a África em 2020. A percentagem é consideravelmente mais elevada em países como o Mali (18%) e o Burkina Faso (12%), onde o terrorismo e insurreições alargados influenciaram as despesas militares.

Em comparação com a tendência global, as despesas militares africanas são relativamente pequenas mas têm frequentemente suscitado preocupações quanto ao "custo de oportunidade" envolvido nas despesas militares versus os potenciais usos de tais recursos para responder às necessidades de segurança humana e melhorar o ritmo de desenvolvimento e da economia.

Por um lado, as despesas militares poderiam promover o crescimento através do desenvolvimento de novas tecnologias que podem ser utilizadas no sector privado. As despesas militares podem criar estrutura socio-económica através de efeitos subsidiários e as despesas que apoiam eficiente e eficazmente a estratégia de segurança nacional proporcionam segurança e proteção contra ameaças.

Por outro lado, a consequência provável desta correlação entre despesas militares e outras despesas públicas é uma menor taxa de crescimento económico. As análises empíricas sobre se as despesas militares têm efeitos na economia, demonstram que há pouco ou nenhum impacto positivo no crescimento económico. Pelo contrário, as despesas militares têm impactos negativos, ou na melhor das hipóteses, não têm impactos significativos no crescimento económico.¹ Estudos anteriores demonstraram que as despesas militares prejudicam a capacidade dos decisores políticos locais de fazer investimentos públicos em infraestruturas vitais para o desenvolvimento económico e para a melhoria das condições de vida da sua população.² Isto, por sua vez, gera descontentamento e frustração, especialmente entre os jovens, alguns dos quais acabam por se juntar aos grupos guerrilheiros que operam na região.

A África assumiu compromissos ambiciosos para realizar a sua Agenda 2063 de transformar a África numa potência global do futuro, silenciando as armas até 2030 e cumprindo os Objetivos de

¹ Dunne J.P., Uye M. In: The Global Arms Trade: A Handbook. Tan A., editor. Routledge; Londres, 2010. Despesas e desenvolvimento militar; pp. 293-305

² Heo U. Defense spending and economic growth in South Korea: the indirect link. J. Peace Res. 1999;36(6):699-708

Desenvolvimento Sustentável até 2030. Estes compromissos exigem uma mobilização eficaz e uma afetação eficiente de recursos às actividades do sector da segurança. Desde 2009, as receitas fiscais totais em África como rácio do produto interno bruto (PIB) aumentaram até 2019, quando diminuíram ligeiramente para 16% em 2020³. Este declínio é atribuído à pandemia de Covid-19 que perturbou as actividades económicas. Nas relações com outras regiões, o rácio de impostos em África sobre o PIB é em média muito baixo, atingindo menos de metade do da OCDE (34%) e muito inferior ao da ALC (22%). Este baixo nível de cobrança de impostos tem sido atribuído à ineficácia das administrações fiscais africanas com o potencial de melhorar o seu desempenho entre 3% e 79%.⁴

Separadamente, o sector de segurança africano não tem desempenhado um papel positivo na gestão da despesa pública interna. As instituições do sector da segurança não estão a aderir aos princípios orçamentais fundamentais, o que levou ao aumento das receitas extra-orçamentais, particularmente em países onde as forças armadas estão cada vez mais envolvidas em actividades comerciais e económicas. Uma forma possível de quebrar este ciclo vicioso de má gestão fiscal é (i) reformar as instituições de aprovisionamento e administração de receitas, (ii) investir em altos níveis de transparência e escrutínio externo independente, (iii) desenvolver novas políticas de defesa e segurança centradas nas pessoas e orientadas por estratégias de segurança nacional inclusivas.

Questões para Discussão:

1. Quais são as principais fontes de receitas governamentais no seu país? Quão eficientes e eficazes são as receitas cobradas, particularmente no sector da segurança, e porquê?
2. Como vê as futuras tendências e fontes de despesas no seu país e quais os sectores que serão mais afetados no processo de alocação do orçamento?
3. O aumento das despesas de segurança garante níveis elevados de segurança e protecção? Quais são os impulsionadores das despesas do sector da segurança no seu país?
4. Que soluções estão envolvidas na determinação dos níveis de despesa do sector da segurança no seu país?

Leituras:

1. Da Silva, D., Tian, N., & Marksteiner, A. 2021, "Trends in world military expenditure" (Tendências das despesas militares mundiais). Ficha Informativa SIPRI. Estocolmo: Instituto Internacional de Investigação sobre a Paz (SIPRI). <https://www.sipri.org/publications/2022/sipri-fact-sheets/trends-world-military-expenditure-2021>
2. Harborne, B., Dorotinsky, W., & Bisca, P. M. (Eds.). 2017, *Securing Development: Public Finance and the Security Sector*. O Banco Mundial. Pg. 119-142 <http://www.sipotra.it/wp-content/uploads/2017/05/SECURING-DEVELOPMENT.-Public-Finance-and-the-Security-Sector.pdf>
3. Kuol, L., Amegboh, J. 2022, "Revisiting Military Spending-Security Nexus in Africa" *Journal of*

³ OCDE/AUC/ATAF (2022), Revenue Statistics in Africa 2022, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/ea66fbde-en-fr>

⁴ Onesmo K. Mackenzie, Ada Jansen & Krige Siebrits (2022) Assessing the efficiency of tax administration in Africa, *Studies in Economics and Econometrics*, 46:4, 301-315, DOI: 10.1080/03796205.2022.2158123

International Relations and Diplomacy, Vol. 10 (3): 93-107.

<https://www.davidpublisher.com/Public/uploads/Contribute/633136d647582.pdf>

4. Tian, N. 2018, "Oil price shocks and military expenditure" in SIPRI Yearbook 2017.
<https://www.sipri.org/yearbook/2017>

Sessão 3: Alinhamento dos Recursos do Sector da Segurança com as Estratégias de Segurança Nacional

Formato: Apresentações em plenário e sessão de perguntas e respostas moderada

Objetivos:

- Compreender como são mobilizados e atribuídos recursos para o desenvolvimento da estratégia de segurança nacional e a sua implementação.
- Sonde como o desenvolvimento da estratégia de segurança nacional ajuda a alinhar recursos (internos e externos) e a alavancar parcerias (regionais e internacionais) para atingir os objetivos de segurança nacional.
- Discutir os desafios e lições aprendidas para uma alocação e alinhamento eficaz dos recursos de segurança através das estratégias de segurança nacional.

Contexto:

Uma das funções essenciais de qualquer governo é proporcionar a segurança e a proteção dos seus cidadãos. Além disso, a segurança é uma condição prévia para o investimento sustentável, a criação de empregos e o desenvolvimento, que são as prioridades proeminentes de muitos governos africanos. A segurança, portanto, é central para a confiança que os cidadãos depositam no seu governo. No entanto, a maioria dos países africanos não tem uma estratégia de segurança nacional abrangente. A falta de estratégia inibe a prioritização das ameaças à segurança, a coordenação eficaz e o alinhamento dos recursos.

Uma estratégia de segurança nacional (NSS) pode servir vários objetivos distintos:

- Ao oferecer objetivos prioritizados e indicar quais os elementos do poder nacional que devem ser utilizados para os cumprir, pode dar orientação aos departamentos, agências e ministérios para utilizar nos seus processos internos de orçamentação, planeamento e execução, e organização, formação e equipamento de pessoal.
- Ao ligar claramente os objetivos e as abordagens concebidas para os atingir, uma estratégia de segurança nacional pode dar ao poder executivo um instrumento-chave para justificar os recursos solicitados ao parlamento.
- Ao estabelecer uma visão estratégica detalhada, pode ajudar a informar o público, tanto no país como no estrangeiro, sobre as intenções do governo.

Sem uma estratégia de segurança nacional, não há uma compreensão partilhada da visão e dos objetivos de segurança nacional, nem uma base nacional para alavancar a ajuda de parcerias. Estudos demonstraram que uma estratégia de segurança nacional que seja desenvolvida através de um processo inclusivo e participativo é suscetível de ser eficaz e eficiente na orientação orçamental no sector da segurança em termos de mobilização, realinhamento, alocação e gestão de recursos de segurança.⁵

Tal como uma estratégia de segurança nacional, um orçamento nacional precisa de estar ligado a objetivos a longo prazo. Uma das práticas para alinhar os recursos com as estratégias de segurança nacional envolve a definição dos resultados e indicadores desejados, a identificação das ações que ajudarão a alcançar os resultados desejados e, finalmente, a estimativa dos custos e receitas associados a cada um deles. Esta abordagem ajuda a criar um orçamento que reflete as prioridades

⁵ Layton, P. (2012). A ideia de uma grande estratégia. A revista RUSI, 157(4), 56-61.

nas estratégias de segurança nacional. Outra prática para alinhar os recursos com as estratégias de segurança nacional envolve a utilização do custo de oportunidade como ferramenta para avaliar e comparar diferentes opções. Esta abordagem ajuda a ponderar os prós e os contras de cada opção e selecionar a que maximiza o valor e o impacto.

As equipas que formulam as estratégias de segurança nacional e as que criam o orçamento são, frequentemente, separadas. Contudo, quando se trata de alcançar os objectivos do governo, ambos precisam de compreender que trabalhar em conjunto é crucial para o sucesso da implementação da estratégia. Sem uma compreensão profunda da visão do governo e das estratégias de segurança nacional, as equipas responsáveis pela atribuição de recursos não poderão modelar ou aconselhar sobre os pedidos de recursos, incluindo as ferramentas e outros recursos que capacitarão o governo à medida que este transforma a estratégia em resultados.

Ao criar uma estratégia de segurança nacional, é fundamental assegurar o alinhamento entre os ministérios do governo e a estratégia global. Embora não seja tamanho único, alguns processos de orçamentação são mais confortáveis, dependendo do país. Os seguintes quatro tipos de processos orçamentais tornam simples a ligação do orçamento à estratégia de segurança nacional.

- Orçamentação com base em prioridades: O processo de alinhamento das despesas com as prioridades estratégicas.
- Orçamentação com base zero: Requer começar do zero e justificar cada despesa como acréscimo ao orçamento (em vez de utilizar a rubrica orçamental do período anterior como ponto de partida)
- Orçamentação para resultados: Envolve a determinação do financiamento disponível do governo e dos resultados desejados e a atribuição de financiamento com base em que programas e serviços produzirão os resultados desejados.
- Orçamentação incremental: O processo de começar com o orçamento do ano anterior como base para o novo orçamento, com ajustamentos feitos para refletir as despesas do ano anterior, a inflação e projecções futuras.

Na prática, se uma estratégia de segurança nacional delinear claramente a visão do governo, o orçamento correto deverá suavizar o caminho de atribuição de recursos de forma holística para operacionalizar a ENS. Idealmente, este processo poderia proporcionar a transparência e as perceções necessárias para que a sua equipa possa atribuir recursos em conformidade. Sem o alinhamento dos recursos do sector da segurança com as estratégias de segurança nacional, os recursos poderiam facilmente ser dispersos por demasiados projectos e acabar sem recursos interfuncionais suficientes para obter resultados.

Questões para Discussão:

1. Já participou na concepção ou elaboração de alguma política pública? Partilhe, por favor, o processo e a sua importância na prestação dos serviços públicos.
2. Porque considera que o facto de ter a estratégia de segurança nacional desenvolvida através de um processo inclusivo e participativo ajudará na atribuição eficaz e no alinhamento dos recursos de segurança?
3. Como poderia o desenvolvimento da estratégia de segurança nacional ajudar na atribuição de papéis e responsabilidades e na melhoria da coordenação no sector da segurança? Como é que uma estratégia de segurança nacional ajuda a alinhar os recursos com os objetivos?

Leituras:

1. Centro África de Estudos Estratégicos, 2021 "National Security Strategy Development in Africa: Toolkit for Drafting and Consultation." NSSD Toolkit: Page: 11.
<https://africacenter.org/wp-content/uploads/2021/01/National-Security-Strategy-Development-in-Africa-Toolkit-for-Drafting-and-Consultation-Africa-Center-for-Strategic-Studies-2022-01.pdf>
FR: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2021/01/Developpement-dune-strategie-de-securite-nationale-en-Afrique-Centre-dEtude-Strategiques-de-lAfrique-2022-01.pdf>
PO: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2021/02/Desenvolvimento-da-Estrategias-de-Seguranca-Nacional-em-Africa-Um-kit-de-ferramentas-para-consulta-e-preparacao.pdf>
2. União Africana, 2004, "The Solemn Declaration on Common African Defense and Security Policy." Addis Abeba: A União Africana.
<http://www.peaceau.org/uploads/declaration-cadsp-en.pdf>.
3. Mark Cancian et al, "Formulating National Security Strategy: Past Experience and Future Choices." Washington: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS).<https://www.csis.org/analysis/formulating-national-security-strategy>
4. Kuol, L., Amegboh, J. 2021, "Rethinking National Security Strategies in Africa". Journal of International Relations and Diplomacy. Vol 9(1): 1-17
<http://www.davidpublisher.org/index.php/Home/Article/index?id=45454.html>

Sessão 4: Planeamento Estratégico, Orçamentação e Mobilização de Recursos

Formato: Apresentações em plenário e sessão de perguntas e respostas moderada

Objetivos:

- Discutir sistemas e abordagens necessários para o planeamento estratégico, orçamentação e sua relevância para o sector da segurança em África.
- Apresentar diferentes tipos de orçamentos e as principais etapas do ciclo de orçamentação e como estão ligados às estratégias de segurança nacional.
- Discutir as medidas de reformas institucionais necessárias para melhorar a mobilização de receitas no sector da segurança em África.

Contexto

Os desafios de segurança complexos e de rápida evolução que a África enfrenta, fazem com que os líderes africanos tenham de ser dinâmicos, ágeis, estratégicos, e adaptáveis. Tomar decisões sábias e estratégicas em situações voláteis, complexas e ambíguas requer discernimento (a capacidade de discernir nuances) e previsão (a capacidade de saber que tipo de ações ou comportamentos provavelmente conduzirão a que resultado).

Os líderes estratégicos devem aproveitar a incerteza e usá-la como uma oportunidade para a mudança transformacional⁶. O planeamento estratégico definido de acordo com o Modelo Estratégico Lykke como "fins (objetivos para os quais nos esforçamos) mais formas (cursos de acção) mais meios (instrumentos pelos quais alguns fins podem ser alcançados)"⁷ é um instrumento crítico para visualizar e executar esta mudança. O planeamento estratégico cria visões partilhadas centradas no futuro, promove decisões orientadas para a evidência ao combater preconceitos cognitivos e falhas de raciocínio, e fornece um quadro para acompanhar o progresso com base em objetivos estratégicos. É simplesmente uma teoria da mudança e uma ferramenta estratégica para liderança adaptativa que é definida como "a capacidade de antecipar necessidades futuras, articular essas necessidades para construir apoio e compreensão coletiva, adaptar as suas respostas com base na aprendizagem contínua e demonstrar responsabilidade através da transparência no seu processo de tomada de decisões".⁸

Ligado ao planeamento estratégico está a orçamentação, um processo de preparação e estimativa da dotação de recursos e das despesas necessárias para implementar os planos estratégicos nacionais. É um elemento vital de qualquer governo porque reflete o plano de ação na implementação de políticas públicas. A escolha de um dos quatro tipos de orçamentos, como mencionado na secção anterior, depende do contexto e das condições económicas de cada país.

Ligada à orçamentação está a mobilização de recursos. A mobilização de recursos é uma parte integrante do processo orçamental que determina o tamanho da dotação de recursos. A mobilização de recursos não é apenas um barómetro da capacidade, legitimidade e propriedade nacional de um

⁶ Ver Patrick Porter, "Taking Uncertainty Seriously" (Levando a Incerteza a sério): Classical Realism and national Security", *European Journal of International Security* Vol. 1, Número 2 (julho de 2016), 239-260.

⁷ Meiser, J. (2017). Estão os nossos modelos estratégicos imperfeitos? Fins + medidas + meios = (má) estratégia. *Parâmetros*, 46(4), 81-91.

⁸ *Ibid*

Estado, é também um teste decisivo de como um Estado pode proporcionar segurança e desenvolvimento sustentáveis. O nível de cobrança de impostos, como percentagem do Produto Interno Bruto, é um bom indicador da capacidade de mobilização de recursos domésticos. Esta capacidade fornece a base para empréstimos internos ou parcerias externas que podem ser fontes de financiamento adicional.

Muitos países em África lutam para recolher as receitas necessárias à prestação de serviços básicos aos seus cidadãos. A mobilização de receitas fiscais é fundamental para que os países possam financiar os investimentos em capital humano, saúde e infraestruturas necessárias para alcançar os objetivos das Nações Unidas de acabar com a pobreza extrema e impulsionar a prosperidade partilhada até 2030. Dado que os sistemas fiscais da maioria dos países africanos são menos impulsionados por políticas coerentes, é necessário reformar estas políticas para incorporar princípios de políticas sólidas, tais como neutralidade, simplicidade e equidade, bem como reformar as instituições relevantes. Vários países africanos descobriram que a tecnologia emergente, quando aplicada adequadamente, pode facilitar o cumprimento, reforçar o controlo das despesas e aumentar ainda mais o esforço fiscal.

Questões para Discussão:

1. Alguma vez esteve envolvido em planeamento estratégico? Considera que o planeamento estratégico é importante para o sector da segurança e porquê?
2. Qual é o sistema orçamental do seu país? Como avalia o sistema, o processo e a formulação do orçamento? Que áreas precisam de ser melhoradas?
3. Com base na sua experiência pessoal, acha que o atual sistema e processo orçamental na sua organização afetam a segurança humana; como e porquê?
4. Qual é o nível (alto ou baixo) de cobrança de impostos no seu país e porquê? Há margem para melhorar a cobrança de impostos no seu país e como? Quais são as medidas políticas e de reforma institucional necessárias para o sistema fiscal do seu país?

Leituras:

1. Cote, C. 2020, "Why is strategic planning important? Percepções. Escola de Negócios de Harvard. <https://online.hbs.edu/blog/post/why-is-strategic-planning-important>
2. Harborne, B., Dorotinsky, W., & Bisca, P. M. (Eds.). 2017, *Securing Development: Public Finance and the Security Sector*. O Banco Mundial. Pág. 9, 32-33, 107
3. <https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/bb93b655-7af8-52d0-9e28-afcc92235abc>
4. Kariuki, Elizabeth, 2019 "Domestic Resource Mobilization", Managing Security Resource in Africa Symposium. Washington: Centro África de Estudos Estratégicos. <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2019/12/2-Kariuki-EN-Trends-in-Resource-Availability-and-Security-Spending-MSRA-2019.pdf>
5. Isbell, Thomas, 2022, "Footing the bill?" Menos legitimidade, mais evasão marcam a visão africana da tributação". Afrobarometer Policy Paper no. 78, Introduction and Key Findings,

pp.1-2. <https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/02/PP78-PAP6-Less-legitimacy%5ELJ-more-avoidance-mark-Africans-views-on-taxation-Afrobarometer-policy-paper-30jan22.pdf>

Sessão 5: Gestão da Despesa Pública no Sector da Segurança

Formato: Apresentações em plenário e sessão de perguntas e respostas moderada

Objetivos:

- Introduzir o conceito de Gestão das Despesas Públicas (PEM) e a sua ligação com a Política de Despesas Públicas (PEP) e Gestão das Finanças Públicas (GFP).
- Examinar os resultados desejados da Gestão das despesas Públicas (PEM) no sector da segurança.
- Discutir o racional para uma Revisão da Despesa Pública (PER) do sector da segurança e as suas implicações para promover a realização dos resultados desejados da PEM.

Contexto:

A prestação de serviços de segurança está ligada não só à atribuição e controlo dos recursos públicos, mas também às normas de comportamento para a atribuição e controlo das despesas públicas para alcançar os resultados preferenciais. Ao contrário de outros sectores, o sector da segurança em África reivindica uma parte substancial dos orçamentos nacionais. No entanto, não está adequadamente sujeito a escrutínio público e controlo democrático. Uma supervisão eficaz exige que o sector da segurança seja colocado no debate nacional sobre a Política de Despesas Públicas (PEP) e a sua operacionalização através da Gestão Financeira Pública (GFP) e da Gestão das Despesas Públicas (PEM). Enquanto a política de despesas públicas se concentra na grande questão política como o orçamento nacional e o equilíbrio fiscal global do governo; as suas receitas e as suas despesas, a GFP engloba os mecanismos através dos quais os recursos públicos são recolhidos, atribuídos, gastos e contabilizados. Como tal, envolve todo o ciclo orçamental, contratos públicos, práticas de auditoria e cobrança de receitas.

Ao contrário da orçamentação convencional, o PEM complementa as regras formais do processo orçamental com normas de comportamento para a atribuição e controlo das despesas públicas, avançando com procedimentos que aumentam a probabilidade de alcançar os resultados preferidos. Em vez de se concentrar estritamente nas despesas ou entradas, o PEM considera as despesas como um meio de produzir resultados que são necessários para alcançar os resultados desejados. Em vez de apenas aderir a regras e procedimentos prescritos que podem produzir resultados sem melhorar os resultados desejados, PEM enfatiza processos que conduzem aos resultados desejados. Para além de responsabilizar as agências pela produção dos seus resultados requeridos, o PEM visa alcançar um equilíbrio entre a autonomia e a flexibilidade necessária para que as agências alcancem os resultados desejados. Por outras palavras, a PEM centra-se nos resultados desejados que devem ser alcançados através do orçamento, procedimentos, regras e processos. A PEM pode ser útil para alcançar: (i) estabilidade fiscal e acessibilidade económica, (ii) eficiência na afetação, (iii) eficiência e eficácia operacional, (iv) transparência fiscal e responsabilização, e (v) relatórios sobre assistência externa.

A integração do sector da segurança no sistema orçamental nacional e a promoção da PEM no sector da segurança em África continuam a ser um verdadeiro desafio devido à cultura dominante de sigilo, confidencialidade, desvios financeiros (o fosso entre orçamentos aprovados e despesas reais) e despesas não orçamentadas. Numa tentativa de promover a PEM no sector da segurança, o Banco

Mundial adota as Análises da Despesa Pública (PER) como um instrumento analítico para promover as reformas necessárias à construção de uma boa gestão da despesa pública no sector da segurança. O sucesso de qualquer PER no sector da segurança dependerá em grande parte do contexto, da vontade política, da propriedade nacional, da confiança, do processo orientado pela procura, bem como de uma visão e objetivos claros de segurança nacional.

Questões para Discussão:

1. Como é que as instituições e agências de segurança no seu país/região estão a aderir às leis e regulamentos de gestão financeira pública? Que instituições/agências de segurança não seguem tais leis e regulamentos e porquê?
2. Com base na sua experiência pessoal, são as instituições não seguras mais susceptíveis de aderir às leis e regulamentos de gestão financeira pública do que as instituições de segurança? Em caso afirmativo, como?
3. As instituições e agências de segurança no seu país são responsáveis pela supervisão e controlo civis na gestão da despesa pública? Os cidadãos estão envolvidos no PEM no sector da segurança? Porquê ou porque não?
4. As despesas militares e de inteligência no seu país são tornadas públicas e de livre acesso? Porquê ou porque não? As instituições de segurança têm mais probabilidades de sofrer mais fugas e desperdícios na gestão dos seus recursos do que as outras instituições? Porquê ou porque é este o caso?
5. O que é necessário fazer para melhorar a gestão das despesas públicas do sector da segurança no seu país/região? Quais são os pontos de entrada para a construção de uma boa gestão das despesas públicas no sector da segurança no seu país?

Leituras:

1. Harborne, B., Dorotinsky, W., & Bisca, P. M. (Eds.). 2017, *Securing Development: Public Finance and the Security Sector*. O Banco Mundial. Pág. 119-142
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25138>
2. Manzillo, G. 2016, "Public E Expenditure Management - Principles and Practice".
<https://www.linkedin.com/pulse/public-expenditure-management-principles-practice-giuseppe-manzillo>
3. Nyasha, S., & Odhiambo, N. M. 2019, "The impact of public expenditure on economic growth: a review of international literature". *Folia Oeconomica Stetinensia*, 19(2), 81-101.
<https://sciendo.com/downloadpdf/journals/fofi/19/2/article-p81.xml>

Sessão 6: Mecanismos e Instituições de Supervisão do Sector da Segurança

Formato: Apresentações em plenário e sessão de perguntas e respostas moderada

Objetivos:

- Explorar o modo como uma supervisão eficaz do sector da segurança aumenta o controlo democrático, a responsabilização e a transparência.
- Demonstrar a necessidade de melhorar os fluxos de informação entre as autoridades civis e os militares, ao mesmo tempo que se reforça a capacidade de ambos os lados.
- Construir a compreensão do quadro institucional para a supervisão.

Contexto:

A supervisão do sector da defesa e da segurança desempenha um papel fundamental para facilitar a boa governança do sector da segurança. No entanto, os dois não são a mesma coisa. Os organismos de segurança continuam suscetíveis a uma cultura de *excepcionalismo militar*: a noção de que a segurança nacional é uma zona interdita às autoridades civis. O desafio, portanto, é providenciar uma supervisão eficaz das instituições de segurança no contexto de processos inclusivos e democráticos. Isto pode revelar-se um delicado acto de equilíbrio. Os estabelecimentos militares profissionais devem estar dispostos a submeter-se à supervisão civil. Ao mesmo tempo, devem ser suficientemente fortes para resistir a serem arrastados para a política. Uma estratégia de segurança nacional pode estabelecer e reforçar, normas de base de responsabilização e transparência.

As instituições de supervisão formal podem ser internas ou externas. Os mecanismos externos incluem agências de vigilância, subcomissões parlamentares, auditores e contabilistas em geral, e o sistema judicial. As agências internas são constituídas por provedores de justiça departamentais, assuntos internos e gabinetes internos de protecção de delatores. O Parlamento e outras agências externas servem para gerar vontade política para uma aplicação efetiva. Os mecanismos internos, entretanto, estão melhor posicionados para detectar infrações. Neste sentido, os dois deveriam ser reforçar-se mutuamente. Organizações independentes, tais como os meios de comunicação social e a sociedade civil, desempenham uma função igualmente importante. Expõem conflitos de interesses, corrupção e desperdício. Ao guardarem os guardiões, proporcionam outra camada de redundância na arquitectura de supervisão. Estes organismos também facilitam os fluxos de informação, educam o público, e monitorizam a eficácia do processo de supervisão.

Uma série de desafios surgem dos desejos de guardar o segredo e respetivo excesso de classificação das actividades de segurança. Em 2015, apenas sete Estados africanos publicaram números de defesa desagregados e 40% não divulgaram absolutamente nada. A supervisão coordenada e as comissões parlamentares competentes poderiam fornecer uma solução para o controlo de questões classificadas. O Índice de Corrupção da Defesa *Internacional da Transparência* identifica cinco áreas de risco (político, financeiro, pessoal, operações e compras) e 29 subcategorias. Estes podem ser utilizados como pontos de referência para a monitorização do progresso.

As comissões parlamentares desempenham um papel central na supervisão do sector da segurança. No entanto, demasiadas vezes, a interação entre instituições militares e civis é contraditória e improdutiva. Nas democracias nascentes desta região, alguns parlamentares eleitos encaram este fórum como uma oportunidade para "controlar" as forças de segurança. Infelizmente,

a maioria dos representantes eleitos compreende pouco sobre segurança ou estratégia. As forças de segurança estão igualmente mal informadas sobre questões como os parâmetros orçamentais nacionais. Alguns Estados tomaram medidas para conferir poderes a comissões independentes de auditoria e investigação para supervisionar o domínio da segurança, mas os desafios permanecem.

Questões para Discussão:

1. Que instituições desempenham funções de supervisão do sector da segurança? A sociedade civil está envolvida em tal supervisão, e como? Existem mecanismos de feedback entre estas instituições de supervisão?
2. No seu país ou região, acha que as legislaturas africanas estão cada vez mais a afirmar as suas funções de supervisão e que os funcionários da defesa e da segurança se sentem confortáveis no seu papel de responsabilização pelas suas atividades? Porquê ou porque não?
3. Como pensa que os sucessos e desafios dos parlamentos em matéria de supervisão do sector da segurança foram afetados por fatores como a intensidade do partidarismo num país, bem como o estado atual das relações civil-militares no país? Existem abordagens, ferramentas ou técnicas que possam ser utilizadas pelos parlamentares e funcionários da defesa/segurança para enfrentar alguns destes desafios?
4. Como pensa que o cumprimento da obrigação de prestar contas por parte do sector de segurança é afetado por fatores como a intensidade do partidarismo, a natureza dos partidos políticos e das leis eleitorais, e os desafios específicos de segurança no país?

Leituras:

1. Centro África de Estudos Estratégicos. 2022, "Oversight: Supervisão dos Orçamentos de Defesa e Segurança". EN: <https://africacenter.org/programs/african-parliamentarians-forum-2022/>
FR: Centre d'Etudes Stratégiques de l'Afrique. 2022, "Contrôle : Contrôle des budgets de sécurité et de défense" Forum des Parlementaires Africains.
<https://africacenter.org/fr/programs/forum-parlementaires-africains-2022/>
2. Aning, K. e Lartey, E. 2009, "Parliamentary Oversight of the Security Sector": Lessons from Ghana". Kofi Anan International Peacekeeping Training Center.
<https://www.researchgate.net/publication/237499121/download>
3. Centro para o Controlo Democrático das Forças Armadas, Genebra. "Parlamentos": [Papéis e Responsabilidades na Boa Governação do Sector da Segurança](#)", 2015.
Centro para o Controlo Democrático das Forças Armadas,- Genebra. "[Les Parlements : Rôles et Responsabilités dans la Bonne Gouvernance du Secteur de la Sécurité](#)," 2015.
4. Luciak, I. "[How Can Parliamentary Oversight of the Security Sector Help Advance Gender Equality and Integrate a Gender Perspective?](#)" in *Parliamentary Oversight of the*

Security Sector and Gender, DCAF/OSCE-ODIHR/UN Women, pp. 27-36.

" [Comment le contrôle parlementaire du secteur de la sécurité peut-il intégrer une perspective de genre et faire progresser l'égalité des genres?](#)" dans Ilja Luciak, *Place du genre dans le contrôle parlementaire du secteur de la sécurité*, DCAF/OSCE-ODIHR/UN Women, pp. 29-38.

5. Cummins, Matthew. 2022, "International Budget Partnership Open Budget Survey 2021-Subsaharan Africa " https://internationalbudget.org/wp-content/uploads/IBP-OBS-Regional-Report-Sub-Saharan-Africa_.pdf

Sessão 7: Construção de Parcerias Externas

Formato: Apresentações em plenário e sessão de perguntas e respostas moderada

Objetivos:

- Discutir o papel dos parceiros de segurança externa e a sua eficácia no apoio à gestão dos recursos de segurança e à entrega de segurança e protecção em África.
- Analisar e compreender os potenciais custos e benefícios de parcerias externas.
- Descrever a melhor forma de melhorar e coordenar a assistência externa em matéria de segurança para fazer avançar as prioridades e objectivos de segurança nacional em África.

Contexto:

Muitos Estados africanos proporcionam segurança e protecção aos seus cidadãos através de uma dependência não só dos seus próprios recursos mas também da assistência externa em matéria de segurança. Contudo, esta assistência raramente é coordenada entre parceiros externos e Estados africanos e nem sempre corresponde às estratégias ou necessidades de segurança nacional dos governos africanos. Este desalinhamento de objetivos pode tornar a assistência à segurança ineficaz, desperdiçando recursos valiosos. Consequentemente, muitos analistas têm apelado a uma maior coordenação entre doadores e entre parceiros externos e Estados africanos.

Uma característica que define o ambiente de segurança contemporâneo de África é a crescente competição de grandes potências e o crescente interesse e presença de uma multidão de parceiros de segurança externos. Em diferentes graus, os parceiros de segurança externos têm vindo a interessar-se cada vez mais por África como destino de negócios e como local para a obtenção de recursos naturais vitais. Além disso, muitas destas grandes potências concorrentes estão cada vez mais a cultivar laços com países africanos para reforçar a sua posição diplomática e influência em instituições multilaterais tais como as Nações Unidas, a União Africana, e as Comunidades Económicas Regionais (CERs).

A propriedade nacional é crucial para a construção e manutenção da paz. Embora a assistência externa em matéria de segurança possa ajudar as nações africanas a abordar as suas preocupações de segurança, tal assistência corre o risco de minar a própria segurança que deveriam reforçar se não for orientada e informada pelas prioridades e objetivos de segurança nacional. Por um lado, os líderes africanos devem compreender claramente as suas ameaças à segurança e identificar as necessidades e lacunas em termos de capacidade de resposta para moldar discussões com parceiros externos sobre assistência em matéria de segurança. Por outro lado, os parceiros externos precisam de compreender que a eficácia da sua ajuda à segurança (e a dos outros) assenta em prioridades de segurança nacional claramente articuladas e numa agenda. Sem uma agenda de segurança nacional, as prioridades e interesses de segurança dos parceiros de segurança externos podem ensombrar os interesses estratégicos das nações receptoras, não conseguindo alcançar os resultados desejados quer para o doador quer para o receptor.

Questões para Discussão:

1. Como podem os governos africanos e os seus parceiros externos coordenar as necessidades de segurança, os requisitos de responsabilização, e as doações ou empréstimos de recursos financeiros, pessoal e equipamento?
2. Consegue identificar um compromisso ou exercício de segurança financiado externamente que não satisfizes as necessidades do seu país? Qual foi o resultado de um tal compromisso? O que poderia ter sido uma melhor abordagem para desenvolver essa parceria?

Leituras:

1. Marsh, N., Rolandsen, Ø., Karssen, J. & Sandnes, M. 2020, "Compounding Fragmentation: Security Force Assistance to Fragile States in the Sahel and Horn of Africa". *Documento PRIO*. Oslo: PRIO. <https://www.prio.org/publications/12347>.
2. Rand. 2018, "Reforming Security Sector Assistance for Africa". *Breve*. Rand Corporation. https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_briefs/RB10000/RB10028/RAND_RB10028.pdf
3. Harborne, B., Dorotinsky, W., & Bisca, P. M. (Eds.). 2017, *Securing Development: Public Finance and the Security Sector*. O Banco Mundial. Pg. 119-142
<https://openknowledge.worldbank.org/entities/publication/bb93b655-7af8-52d0-9e28-afcc92235abc>
4. Jason Warner et. Al. 2022, "Assessing U.S. Counter terrorism in Africa 2001-2021". Centro de Combate ao Terrorismo em West Point. <https://ctc.westpoint.edu/wp-content/uploads/2022/02/CTC-Africa-Regional-Workshop-Summary-Document.pdf>